



Quase 100 pessoas participaram da primeira sessão astronômica do Observatório do Valongo, no dia 10



UFRJ SÓ TEM DINHEIRO PARA O PRIMEIRO SEMESTRE

“Até o início de julho”. Esse é o prazo previsto pelo pró-reitor de Finanças, professor Helios Malebranche, para que a universidade raspe os últimos reais de seu combalido cofre para honrar os compromissos de 2024. Afora faturas não pagas de novembro e dezembro, ainda não contabilizadas, o déficit de 2023 da UFRJ ultrapassa os R\$ 100 milhões. As contas de luz estão em atraso há seis meses — as de água, há quatro. “Estamos com uma situação dramática. É muito importante que o nosso orçamento seja recomposto agora”, apela a reitora em exercício, professora Cássia Turci. O drama da UFRJ se estende a outras instituições federais de ensino do país, o que levou entidades de reitores a solicitarem uma audiência à Presidência da República para expor a situação e pleitear mais verbas.

CAMPANHA-RELÂMPAGO ARRECADA R\$ 31,3 MIL PARA O MUSEU NACIONAL

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Em pouco mais de um dia do final de dezembro, 22 pessoas físicas e jurídicas doaram R\$ 31,3 mil para a reconstrução do Museu Nacional. Em contrapartida, os benfeitores poderão deduzir parte dos valores na declaração de imposto deste ano. A campanha, de curtíssima duração e em meio às festas de fim de ano, foi considerada um sucesso pelos organizadores e deverá ser ampliada para 2024.

"A gente quis fazer uma experiência em um período pequeno para avaliar o potencial de doadores para a reconstrução do Museu. A campanha começou no dia 28 de manhã e terminou no dia 29, às 11h. Foi bem expressivo", comemora a presidente da Sociedade dos Amigos do Museu Nacional (SAMN), professora Mariângela Menezes.

O Museu pode receber doações dedutíveis do IR por estar inscrito no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) da Lei Rouanet. Pessoas físicas poderão abater 6% do valor doado; entre pessoas jurídicas, o limite de dedução é de 4%.

Os projetos de captação são articulados junto às mais diversas instâncias da universidade e órgãos federais pela SAMN, que completará



DIEGO MENDES

87 anos no próximo sábado (13). "Temos um acordo assinado junto à UFRJ que nos facultou a captação de recursos de pessoas físicas ou jurídicas visando à reconstrução do Museu Nacional", explica Mariângela, que é docente do Departamento de Botânica.

Os recursos doados no final do ano passado serão aplicados em dois projetos. O primeiro, que recebeu R\$ 20,7 mil, é a recuperação de fachadas e coberturas de três blocos do prédio, além de algumas ações no entorno do Paço, como o reforço da murada externa. O segundo, que captou R\$ 10,6 mil, visa à modernização da Biblioteca Central.

Com o fim do exercício fiscal, a campanha-relâmpago acabou. Mas a sociedade já avalia a possibilidade de repetir a campanha em 2024. No que depender do diretor do Museu Nacional, professor Alexander Kellner, a iniciativa está mais que aprovada. "Essa é uma boa maneira para qualquer pessoa que paga imposto de renda conseguir contribuir com o projeto maravilhoso de reconstrução do primeiro museu do nosso país e também obter um benefício fiscal", afirma. "Basicamente, em vez de pagar a totalidade do imposto, dá um pedaço dele para o Museu, que está precisando muito e fica muito agradecido".

TRÊS GRANDES PERDAS NO FIM DE 2023



JOSÉ MONTSERRAT FILHO

† 30/12/2023

No fim de 2023, uma grande perda para o jornalismo científico do país. José Montserrat Filho, que dirigiu a comunicação da SBPC durante anos, faleceu no dia 30 de dezembro. Nascido em Porto Alegre, em setembro de 1939, Montserrat filiou-se à SBPC em 1977 e, sete anos depois, assumiu a direção de Comunicação da revista Ciência Hoje. Na mesma década, sempre em estreita associação com o professor Ennio Candotti, iniciaria o Informe da SBPC, embrião do Jornal da Ciência. Montserrat ainda chefiou, de 2011 a 2015, a Assessoria de Cooperação Internacional da Agência Espacial Brasileira. Nos últimos anos, se dedicava a escrever artigos sobre Direito Espacial para o site da Associação Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial e para o Jornal da Ciência. A direção da AdUFRJ expressa seus pêsames aos familiares e amigos.



FERNANDO EMMANUEL BARATA

† 27/12/2023

Mestre de várias gerações de engenheiros civis, o professor emérito Fernando Emmanuel Barata nos deixou aos 99 anos, no dia 27 de dezembro. A diretoria da AdUFRJ se soma às manifestações de pesar da reitoria e da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ABMS), entidade que o docente presidiu entre 1970 e 1972. Formado engenheiro civil pela antiga Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, atual Escola Politécnica da UFRJ, Fernando Barata começou a carreira, em 1951, na área de Mecânica dos Solos e trabalhou para diversas empresas e autarquias, como a Petrobras, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro. Era conselheiro vitalício do Clube de Engenharia, onde atuou junto à Divisão Técnica de Geotecnia (DTG).



ORLANDO MARQUES VIEIRA

† 29/12/2023

A direção da AdUFRJ lamenta o falecimento do professor emérito Orlando Marques Vieira, referência para todo o corpo social da Faculdade de Medicina, no último dia 29. O docente foi chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, do Hospital Paulino Werneck e do Departamento de Cirurgia da universidade. A carreira do professor começou em 1956, quando se graduou pela Faculdade de Medicina, onde também fez residência em cirurgia geral, doutorado, livre-docência em cirurgia geral e em clínica cirúrgica. Na Academia Brasileira de Medicina, Vieira exerceu diversos cargos como tesoureiro, secretário-geral e vice-presidente. Também foi membro e presidente de diversas sociedades, como o Colégio Brasileiro de Cirurgiões, além de ter sido um dos fundadores do Colégio Brasileiro de Angiologia.

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC

Psicare PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



MACAÉ ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA

Sem complementação, verba só chega até julho

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

A no novo, dívidas antigas e poucos recursos. A UFRJ entra em 2024 com um roteiro semelhante ao de exercícios anteriores. A diferença é que as verbas devem acabar ainda mais cedo, se não houver nenhuma suplementação orçamentária. "Até o início de julho", prevê o pró-reitor de Finanças (PR-3), professor Helios Malebranche. Em 2023, mesmo com um aporte extra do governo Lula, os cofres ficaram vazios em meados de setembro.

O déficit do ano passado ainda não é conhecido com precisão, mas ultrapassa a casa dos R\$ 100 milhões e pressiona as contas de 2024. A administração central ainda aguarda a chegada de faturas do mês de dezembro — e algumas de novembro — para fechar o número.

As maiores pendências são as contas das concessionárias. A universidade não paga a Light desde julho. A Águas do Rio não recebe desde setembro. Os valores mensais variam conforme o consumo, mas, em média, a UFRJ gasta R\$ 4,5 milhões de energia e R\$ 3 milhões com água.

Além das concessionárias, há atrasos com o pagamento de serviços como manutenção predial, de áreas verdes ou de elevadores. "Algumas empresas ameaçam não querer renovar contrato em decorrência dos atrasos nos pagamentos e isso tem afetado o nosso trabalho", explica a pró-reitora de Gestão e Governança, Cláudia Cruz. "Temos conversado com as empresas e tentando negociar a continuidade dos serviços enquanto nos esforçamos para regularizar os pagamentos".

As reduzidas receitas da UFRJ neste ano, de R\$ 388,3 milhões, ainda dependem da sanção presidencial ao orçamento da União, que pode ser realizada até o dia 22. Até lá, a reitoria faz o que pode com o que já recebeu: um duodécimo do valor (R\$ 32,3 milhões) — conforme prevê a legislação federal para o funcionamento mínimo da máquina pública.

"As prioridades, como sempre, são todas as bolsas e os contratos de mão de obra e de alimentação dos restaurantes universitários. São despesas para as quais a gente já estava dando um tratamento diferen-

> UFRJ começa 2024 devendo seis meses de conta de luz e quatro meses de água

ciado no final do ano passado", explica o pró-reitor de Finanças em exercício, George Pereira — o professor Helios está de férias. "E estamos tentando avançar com algumas poucas despesas do ano passado". Em 2023, apesar de todas as dificuldades, a reitoria não cortou nenhum contrato. A única me-

REITORES REIVINDICAM MAIS R\$ 2,8 BILHÕES

LUIS GUSTAVO PRADO/SECUM UNB

A crise financeira não é exclusividade da UFRJ. Após a aprovação da chamada PEC da Transição, o MEC repassou R\$ 1,3 bilhão em abril do ano passado ao conjunto das universidades, o que despertou a esperança de dias melhores na comunidade acadêmica. Mas por pouco tempo. A proposta de orçamento para 2024, enviada aos parlamentares no fim de agosto, apresentou números inferiores às verbas recebidas em 2023 (R\$ 33,2 milhões). E, após a tramitação no Congresso Nacional, o valor foi reduzido em mais R\$ 310 milhões. O documento aguarda a sanção do presidente Lula.

O resultado surpreendeu os reitores que, ao longo de meses de negociação junto ao governo e aos parlamen-

tares, solicitavam um aumento de R\$ 2,5 bilhões em relação à proposta orçamentária original, de apenas R\$ 6 bilhões. Ainda em dezembro, a Andifes divulgou uma nota em que expressou a indignação com os números aprovados (confira o documento no site da AdUFRJ).

"Nós temos consciência das dificuldades econômicas do país. Por isso, não pedimos nada além do mínimo", afirma a presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), professora Márcia Abraão (foto).

Os R\$ 8,5 bilhões totais inicialmente pleiteados são próximos do valor de 2016, último ano do governo Dilma, sem contar a inflação do período, e equivalem ao do último ano do segundo governo Lula, em 2010, corrigido pela inflação. "E nós crescemos

dida, em vigor desde setembro, foi restringir o pagamento de viagens. Só foram autorizados os trabalhos de campo em disciplinas obrigatórias. Mas o cenário pode mudar em 2024. "Estamos fazendo estudos para ver a possibilidade de adequar o orçamento às despesas", diz George.

"Estamos com uma situação dramática. É muito importante que o nosso orçamento seja recomposto agora", afirma a reitora em exercício, professora Cássia Turci — o professor Roberto Medronho está de férias.

A dirigente informa que as entidades nacionais de reitores das universidades e institutos federais (Andifes e Conf) solicitaram uma audiência à presidência para tentar reverter o cenário atual. "A nossa situação é crítica, mas várias universidades e institutos encerraram o ano passado com dívidas. E não terão condições de desenvolver suas atividades com o orçamento previsto", completa Cássia.



muito nos últimos 15 anos. Aumentamos em 30% o número dos estudantes de graduação. Foram criadas dez novas universidades. Tudo isso com o orçamento sendo diminuído", explica Márcia, que é reitora da Universidade de Brasília (UnB). Após a redução de R\$ 310 milhões em relação à proposta do

MEC, a demanda dos dirigentes passou de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 2,8 bilhões. "Terminamos 2023 aos trancos e barrancos. As instituições mais novas, com até dez anos de criação, ainda não conseguiram sequer se consolidar. Temos universidade que deixou de pagar luz e muitas não puderam dar o justo aumento no valor das bolsas de graduação concedido pelo MEC. E quase todas terminaram no vermelho", critica a reitora da UnB. "As universidades, que são fundamentais para o desenvolvimento do país e redução da pobreza, não têm como sobreviver com este orçamento. Isso significa que nós precisamos continuar atuando fortemente para reverter esta situação", completa a presidente da Andifes.



SEM PERDÃO No ato em Brasília, Lula defendeu a punição dos culpados: “O perdão soaria como impunidade, e a impunidade como salvo-conduto para novos atos terroristas”

8 de janeiro de 2023: o dia que ainda não terminou

> Tentativa frustrada de golpe de Estado completa um ano sem que financiadores e planejadores dos ataques tenham sido punidos. Militares que participaram dos atos, por ação ou inação, também seguem impunes

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Um ano depois da destruição na Praça dos Três Poderes, a sociedade brasileira ainda reflete sobre as causas e as consequências da frustrada tentativa de golpe de Estado que assombrou o país em 8 de janeiro de 2023. O longo processo de identificação, denúncia e julgamento dos responsáveis pelos ataques ao Palácio do Planalto, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal segue restrito aos civis que participaram diretamente das depredações, mantendo ainda impunes os financiadores, os planejadores e os militares. E há em curso em setores da extrema direita um movimento pela anistia aos envolvidos nos atos — um projeto nesse sentido, de autoria do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RJ), tramita no Senado.

A punição dos responsáveis foi enfaticamente defendida pelo presidente Lula na segunda-feira (8), no ato “Democracia inabalada”, no Congresso Nacional. “Todos aqueles que financiaram, planejaram e executaram a tentativa de golpe devem ser exemplarmente punidos. Não há perdão para quem atenta contra a democracia, contra seu país e contra seu próprio povo. O perdão soaria como impunidade, e a impunidade como salvo-conduto para novos atos terroristas em nosso país. Salvamos a democracia, mas ela nunca está pronta. Precisa ser cuidada e construída todos os dias”, disse o presidente.

Para a cientista política e professora Mayra Goulart (IFCS-UFRJ), presidenta da AdUFRJ, a

fala do presidente Lula reforça a postura que as instituições assumiram logo após os atos do 8 de janeiro. “Elas conseguiram passar o recado de que nessa sociedade há um compromisso com a democracia e com o Estado de Direito. E que tentativas de suprimir o Estado de Direito serão punidas. Isso causou um espanto para os envolvidos no 8 de janeiro porque eles não têm o perfil de quem geralmente sofre com o aparato punitivo do Estado. Eles achavam que aquilo não teria consequências”, avalia Mayra, que defende o avanço nas investigações.

DÚVIDAS

Por outro lado, a ausência ao ato do presidente da Câmara, Arthur Lira, dos governadores e

dos políticos de oposição, deixa dúvidas quanto a uma ampla punição dos golpistas. “Fica claro que há uma parcela política importante, incluindo governadores, que não concorda com a ideia de que houve um golpe de Estado que foi derrotado. Só o fato de não reconhecerem a existência clara de um atentado tão brutal quanto a democracia mostra que toda a temática que vem se construindo de conciliação, de virar a página, não é real. É importante que continuem as investigações contra os responsáveis, e não só punir a raia miúda que foi às ruas em Brasília depredar tudo, mas também aqueles que, por ações e inações, permitiram aquele atentado”, observa Francisco Carlos Teixeira, professor titular

aposentado de História Moderna e Contemporânea da UFRJ e emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme).

Pesquisador na área militar, Francisco Teixeira avalia que alguns comandantes com participação nos atos de 8 de janeiro não foram sequer investigados. Até agora, apenas o coronel da reserva do Exército Adriano Testoni foi condenado a um mês e dezoito dias de detenção, em regime aberto, pelo crime de injúria na Justiça Militar. Ele apareceu em vídeo nas redes sociais xingando comandantes militares durante os ataques na Praça dos Três Poderes. Teixeira cita ao menos três militares de alta patente que seguem sem serem importunados.

“O comandante do Exército à época, general Júlio Cesar de Arruda, impediu a prisão dos golpistas no chamado acampamento patriótico na Praça dos Cristais. O comandante militar do Planalto no dia do ataque, general Gustavo Dutra, tinha todas as informações e não mexeu um dedo para evitar os atos. E o comandante do Batalhão da Guarda Presidencial, coronel Paulo Jorge Fernandes da Hora, tinha 900 homens à sua disposição e os manteve na garagem do anexo enquanto as portas do Palácio do Planalto eram abertas para a destruição”, enumerou o professor. O coronel Fernandes da Hora apareceu em vídeo discutindo com integrantes da Polícia Militar do DF que queriam prender os mani-

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



CINELÂNDIA foi palco de manifestação dos defensores da democracia um ano após os ataques aos Três Poderes (na foto da página ao lado, abaixo, a invasão do Congresso)

ANTONIO SOLE

festantes dentro do Palácio do Planalto. Atualmente ele vive na Espanha, onde é instrutor de um curso para oficiais, a serviço do Exército Brasileiro, remunerado em dólar (um padrão para missões no exterior).

GRUPOS EXTREMISTAS

A punição aos responsáveis pelos atos do 8 de janeiro é fundamental, mas não encerra a discussão sobre a proliferação de grupos extremistas no país, alerta Daniel Capecchi Nunes, professor de Direito Constitucional e Administrativo da Faculdade Nacional de Direito. Em sua tese de doutorado — “Promessa constitucional e crise democrática: o populismo autoritário na Constituição de 1988” —, ele abordou aspectos do crescimento desses grupos a partir de insatisfações com a redemocratização do país, em meados da década de 1980.

“A punição aos responsáveis que tenham operado para desestabilizar o Estado Democrático de Direito, fardados ou não, é fundamental para a garantia da democracia, mas ela por si só não é suficiente. Precisamos nos perguntar o que deu errado. Por que um contingente tão grande da sociedade brasileira se engajou numa retórica golpista, com mais de 30 anos de vigência da Constituição de 1988 e da redemocratização do país?”, questiona o professor.

Daniel aponta duas frentes que devem ser levadas em conta no plano nacional para essa reflexão. “A primeira é o grau de concentração de renda e de desigualdade no país. A segunda é o nível de oligarquização do sistema político brasileiro, que é controlado por uma elite que não está voltada ao interesse público nacional e que direciona os recursos do Estado para atender seus interesses particulares. Esse grupo, materializado hoje no Centrão, combateu as reformas progressistas da Constituição de 1988 e hoje se mantém no controle da agenda política e econômica do país.



FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

“Fica claro que há uma parcela política importante, incluindo governadores, que não concorda com a ideia de que houve um golpe de Estado que foi derrotado”

FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA
Professor da UFRJ e da Eceme



Esses dois elementos ajudam a entender por que tantas pessoas se sentiram frustradas com as promessas da democracia e da Constituição de 1988 e aderiram a um discurso autoritário como o do bolsonarismo”, diz Daniel. O professor da FND acredita que o aniversário de um ano do golpe frustrado é um bom

momento para identificar os grupos extremistas. “Esse movimento populista autoritário é composto por duas camadas. De um lado, um contingente imenso que se frustrou com as promessas da Constituição e da democracia, e de outro um grupo que mobiliza esse contingente. São aqueles que

nunca estiveram satisfeitos com a redemocratização e com a Constituição de 1988. Se não pararmos para refletir sobre as condições de reprodução desses grupos extremistas, nós não seremos capazes de dizer que a democracia brasileira está efetivamente garantida. Ela estará permanentemente sob ameaça”.



AdUFRJ articula proposta de reajuste para 2025

> Ideia é nivelar salário-base do primeiro nível das carreiras do MS e EBTT ao piso nacional do magistério básico. Aumento seria equivalente a 33% e incidiria em outros níveis da carreira

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Diante da negativa de reajuste salarial para 2024, a AdUFRJ articula, em parceria com economistas da UFRJ, uma proposta para rever os salários dos docentes. A ideia é que os vencimentos básicos iniciais de professor auxiliar, que é o primeiro nível da carreira do Magistério Superior, e de professor DI 40 horas, que é o primeiro nível da carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, sejam elevados ao piso nacional da educação básica. Hoje, os docentes universitários e EBTT federais recebem salário inicial de R\$ 3.412, bem abaixo do piso nacional da educação básica, que é de R\$ 4.540.

“Se a proposta for aceita na mesa específica de negociação, isso implicará num aumento de 33% para esses níveis iniciais das carreiras e gerará correções também para os níveis seguintes”, defende o professor Carlos Frederico Leão Rocha, diretor do Instituto de Economia e ex-reitor da UFRJ. “A sociedade e o governo são sensíveis ao piso para o magistério. O governo federal, inclusive, pressiona estados e municípios a cumprirem o piso. Não tem sentido professores federais receberem abaixo do piso da educação básica. É um absurdo”, afirma.

A tratativa, a ser discutida em mesa específica de negociação, seria uma alternativa mais simples à discussão da reestruturação da carreira docente. A UFRJ tem 42 professores auxiliares do Magistério Superior e



“Não tem sentido professores federais receberem abaixo do piso da educação básica. É um absurdo”

CARLOS FREDERICO ROCHA
Diretor do Instituto de Economia

nove professores DI do EBTT. Estima-se que eles existam em maior quantidade em universidades mais novas, no interior do país, criadas nos governos Lula e Dilma. A reportagem pediu ao Ministério da Educação para informar o quantitativo de docentes na base da carreira em todo o Brasil, mas ainda não recebeu resposta. A próxima mesa de negociação específica está marcada para o dia 22 de fevereiro, na sede do Ministério da Gestão e Inovação.

Presidenta da AdUFRJ, a professora Mayra Goulart acredita que este é um caminho possível e que encontra eco no governo. “O papel do sindicato é sensibilizar os tomadores de decisão e também a sociedade civil sobre a importância do professor uni-

versitário e da universidade na reconstrução do país”, afirma. A seção sindical vai apresentar ao Andes a proposta. Um texto de resolução (TR) deve ser elaborado com este objetivo para ser apreciado no próximo Congresso do sindicato nacional.

CONGELAMENTO NÃO

Em paralelo, outros setores do funcionalismo também reagem à falta de reajuste para esse ano. O orçamento da União foi aprovado pelo Congresso em 22 de dezembro e seguiu a proposta apresentada pelo governo na última rodada da mesa de negociação: reajuste zero para este ano. A proposta do governo para os sindicatos ainda previa aumento de 51% nos benefícios.

A proposta não agradou. O Fonacate, fórum que reúne as carreiras típicas de Estado, apresentou contraproposta no dia 10 de janeiro. Segundo o ofício encaminhado ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, o fórum sugere uma recomposição salarial em três parcelas: a primeira, de 9%, em maio de 2024; a segunda, de



“O governo tem condições de recompor os salários já em 2024, e vamos brigar por isso”

RUDINEI MARQUES
Presidente do Fonacate

7,5%, em maio de 2025; e a terceira, de 7,5%, em maio de 2026.

Rudinei Marques, presidente do Fonacate, afirma que a União tem condições de arcar com o reajuste salarial ainda em 2024. “É inaceitável o congelamento salarial neste ano e uma promessa de reajuste para os dois exercícios seguintes. O governo tem condições de recompor os salários já em 2024, e vamos brigar por isso”.

Já o Fonasefe, fórum que reúne os demais servidores federais, incluídos os professores do magistério superior e EBTT, promete paralisações e a construção de uma greve unificada para pressionar por reposição salarial. “Trabalhamos com a possibilidade de o governo apresentar aditivos à LOA. Isto é possível, já que o Brasil está batendo recordes de arrecadação”, pontua o dirigente. “Vamos protocolar ainda em janeiro a nossa pauta de reivindicações para 2025 e reforçar que não aceitamos o congelamento de salários para este ano. Não estamos conformados com essa negativa”, afirma.

NEM TODO MUNDO FICOU SEM REAJUSTE

Enquanto o grosso do funcionalismo amargava a negativa de aumento, as polícias Federal e Rodoviária Federal assinavam acordo com o governo em 29 de dezembro para o recebimento de reajustes parcelados. O acordo incluiu reestruturação de carreiras e aumentos escalonados entre agosto de 2024 e maio

de 2026. As correções variam de 3% a 22%, dependendo do cargo e do nível do servidor. Na PF, são contemplados os cargos de delegado, perito criminal, agente, escrivão e papiloscopista. No caso da PRF, apenas os policiais rodoviários estão incluídos. Servidores administrativos das duas polícias ficaram de fora do acordo.

Legislativo e Judiciário conseguiram reajustes salariais na faixa de 18%, parcelados em três anos: 6% em fevereiro de 2023, 6% em fevereiro de 2024 e 6,13% em fevereiro de 2025. Os subsídios dos ministros do Supremo, do Procurador-Geral e do Defensor Público-Geral Federal também foram reajustados.

Infraestrutura de internet está sucateada

> Sem sede própria, equipe da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação sofre com precárias condições de trabalho. Problemas são agravados com a alta rotatividade de funcionários

RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

Há pouco menos de um mês, um vazamento que afetou os no-breaks do data center da UFRJ expôs a fragilidade do sistema de conexão da maior universidade federal do país. Professores, técnicos e alunos ficaram sem internet entre os dias 14 e 16 de dezembro. “A Tecnologia da Informação (TI) da UFRJ foi sucateada. Foi instituída, mas não foi construída”, afirma Ana Maria Ribeiro, superintendente-geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC).

“Internet é soberania nacional. É uma área essencial, tão importante como água ou luz. Quando para a rede, temos que mandar as pessoas para casa porque não é possível acessar o SEI (Sistema Eletrônico de Informações) ou o SIGA (Sistema de Gerenciamento Acadêmico)”, defende. As precárias condições de trabalho jogam contra o desempenho do setor. Criada em 2009 para resolver as necessidades de soluções e serviços de tecnologia das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a SGTIC não possui sede própria desde o incêndio no antigo prédio da reitoria, em 2016.

A superintendência ocupa de forma improvisada três salas no Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE) e contêineres na entrada do edifício Jorge Machado Moreira. Há problemas de infraestrutura nas redes

elétrica e hidráulica e os contêineres acumulam mofo e têm parte do piso afundada.

Do corpo funcional de 147 servidores, apenas a área de suporte e de rede trabalham de forma presencial. A inexistência de uma sede mantém a maior parte dos funcionários no trabalho remoto. “Nosso quadro é muito qualificado. São heróis que fazem o impossível. Com as condições de trabalho que têm, não sei como a universidade mantém os sistemas”, diz Ribeiro.

A alta rotatividade entre os funcionários também é um problema. A UFRJ perde analistas de sistemas para outros órgãos públicos e para a iniciativa privada por não oferecer salários competitivos. “As saídas provocam acúmulo de trabalho. O conhecimento da UFRJ, o entendimento da atividade-fim é importante. Essa curva de aprendizado é perdida com a renovação constante de servidores”, explica Tiago Miranda, diretor de Planejamentos e Projetos da SGTIC.

Miranda destaca a necessidade de recursos para o setor. “A UFRJ fez investimentos altos em 2012 e, desde então, não vem conseguindo investir. Precisamos atualizar equipamentos e manter contratos de garantia vigentes para a manutenção”, conclui.

INVESTIMENTOS

Uma parceria recém-assinada pode ajudar a melhorar este cenário. A UFRJ aderiu ao ICT Academy, programa da empresa chinesa Huawei que oferece aos



VAZAMENTO afetou o funcionamento do data center em meados de dezembro



IMPROVISO: pedaço de papelão protege cabos de goteira do ar-condicionado

estudantes cursos de qualificação profissional na área de TI. A empresa já possui um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Educação firmado em 2022. Por iniciativa da SGTIC, representantes da Huawei vieram ao Rio de Janeiro para uma reunião com o reitor Roberto Medronho e a superintendente Ana Maria Ribeiro.

A universidade busca apoio técnico e recursos financeiros para tirar do papel o projeto de construção de uma arena digital, que funcionaria como sede do data center da universidade e espaço para o desenvolvimento de atividades acadêmicas. Foi apresentado aos chineses o funcionamento da Rede Rio, o canal de acesso à internet exclusivo

das instituições de ensino e pesquisa e órgãos públicos fluminenses financiado pela FAPERJ. A UFRJ é responsável por mais de 40% do tráfego da rede. Os recursos da Rede Rio podem ser usados para a aquisição de equipamentos tecnológicos.

GOVERNO DIGITAL

Aprovada em 2021, a lei 14.129 estabeleceu regras e instrumentos para o aumento da eficiência da Administração Pública, por meio da inovação, da transformação digital e da participação dos cidadãos. Os comitês gestores estabeleceram metas até dezembro de 2023 para a adequação às novas normas. “A UFRJ não cumpriu nenhuma das metas. Não tem plano de

dados abertos, não tem programa de transformação digital e o plano diretor não é satisfatório”, avalia Ribeiro.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos lançou uma consulta pública para definir a nova estratégia de governo digital (2024-2027). A SGTIC participou e defendeu uma política de gestão da TI no Brasil similar ao SUS, com a formação de uma comissão tripartite e distribuição de recursos. “Se tivéssemos nas unidades os recursos para comprar computador, notebook, switch, os nossos orçamentos seriam suficientes. O governo federal mandaria o dinheiro para garantir apenas o que é mais caro”, completa a superintendente.

ESPECIALISTA CRITICA NORMA DO CNE

O Complexo de Formação de Professores da UFRJ emitiu nota em que defende a revogação da Resolução 02/2019 do Conselho Nacional de Educação. Elaborada durante a gestão Bolsonaro, a norma ignora todo acúmulo acadêmico acerca do processo de formação inicial e continuada de professores e retira o protagonismo das universidades públicas na formação continuada dos docentes da educação básica. A nota pede, ainda, o retorno da vigência da Resolução 2/2015 do CNE.

Para a coordenadora do Complexo, professora Carmen Teresa Gabriel, essa legislação é arbitrária. “Foi uma decisão arbitrária. Não houve avaliação da resolução de 2015 que justificasse

essa legislação de 2019”, diz. “A resolução nega por completo todo o acúmulo de discussões e todos os professores e pesquisadores envolvidos no campo da formação de professores”, critica.

O Complexo de Formação de Professores foi institucionalizado em 2017, já sob a vigência da Resolução 2/2015, que detalha com cuidado o papel das universidades na formação continuada dos professores, os critérios para esta formação, além de diretrizes e princípios que atrelam universidade e escola. O documento valoriza, ainda, a participação do professor na elaboração do projeto político-pedagógico escolar. “O Complexo, quando emerge na UFRJ, surge já com os princípios de 2015, para trabalhar a forma-

ção de professores das escolas públicas de forma ampla”.

Já a resolução de 2019, ainda em vigor, não só diminuiu as diretrizes formativas do professor da educação básica, como o transforma em mero produtor de conhecimento. “Neste documento não há clareza sobre o papel da universidade na formação de professores, além de reduzir essa formação a uma mera aplicação de reforma curricular”, critica Carmen Teresa. “É uma visão tecnicista que reduz muito o papel docente e é muito combatida no campo da Educação. Professor não é apenas um técnico que aplica conhecimento, mas que constrói conhecimento”. Para a docente, a resolução de 2019 abre mais espaço à priva-

tização na formação dos professores da educação básica, contribuindo para a desqualificação dessa formação. “Infelizmente, vivemos esse momento de proliferação de muitos locais duvidosos de formação docente. É uma resolução desrespeitosa, que nega todo o aprendizado e produções acumuladas pelos mais interessados da área”.

O documento do CNE estipula um prazo de até três anos para “adequação das competências profissionais docentes” para as universidades que já tinham implementado a resolução de 2015 e afirma que os licenciandos que iniciaram os estudos sob orientação da resolução de 2015 têm o direito assegurado de manter o currículo inalterado.

No fim de 2023, uma minuta do que seria uma nova resolução para tratar da formação de professores da educação básica passou a ser o mais recente alvo de críticas. “Ainda nos debruçaremos mais detalhadamente sobre este documento, mas, em princípio, é uma colcha de retalhos que não nos desloca do lugar de defesa da resolução de 2015. Ela, para nós, é a que traduz melhor o que é a formação de professores”, explica a especialista. “É claro que temos mais espaço neste governo para tratar destes temas, mas não é uma luta fácil, pois há muitos interesses envolvidos no campo da educação. Ainda há bastantes desafios a serem enfrentados”, justifica a professora. “Qual a relação público-privado, quais as diretrizes da formação de professores, qual o espaço para essa formação? Tudo isso está em disputa”. (Silvana Sá)



ESTRELAS DE UMA NOITE DE VERÃO

> Evento de observação astronômica atraiu bom público para admirar as constelações e o planeta Júpiter

RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

FOTOS: ALESSANDRO COSTA

As nuvens tentaram, mas não conseguiram atrapalhar a primeira sessão astronômica do Observatório do Valongo (OV) em 2024. No dia 10, os visitantes puderam observar as estrelas de uma noite de verão. O entusiasmo com a astronomia levou mais de 90 pessoas ao Morro da Conceição.

O destaque do início da visita é o telescópio refrator Cooke & Sons, o maior e mais potente do Observatório. O telescópio, comprado da Inglaterra para a observação da passagem do cometa Halley em 1910, não foi montado a tempo e só pôde cumprir sua função inicial 76 anos depois, quando o astro voltou a passar próximo – a 63 milhões de quilômetros – à Terra.

No lado de fora da cúpula, três telescópios móveis foram instalados para o público admirar o céu. Com a coordenação do astrônomo Daniel Mello e o auxílio dos monitores do projeto de extensão Observatório do Valongo de Portas Abertas, os visitantes puderam reconhecer as constelações de Orion e de Touro. Filas foram formadas para ver o planeta Júpiter e suas luas pelos equipamentos.

A atividade de observação do céu provocou encantamento no público das mais variadas idades. Marcelo Macedo, professor de Física do IFRJ, aproveitou a oportunidade para levar as sobrinhas Maria Fernanda e Lara, de 9 e 7 anos, respectivamente. “Foi a primeira experiência delas aqui e a ideia é estimulá-



-las dentro do campo da ciência e da astronomia”, afirmou Marcelo. Carlos Alexandre Sampaio, profissional de telecomunicações, levou a filha adolescente Joana para refazer o passeio. “Viemos pela primeira vez há cerca de dez anos. É um lugar ótimo para trazer os filhos, desperta a curiosidade”, destacou Sampaio.

A criação do projeto de extensão em 2015 procurou integrar o Observatório ao processo de revitalização do circuito histórico da Zona Portuária. “Queríamos estreitar a relação do OV com a comunidade do Morro da Conceição e utilizar a astronomia para divulgação da ciência, para aproximar a universidade das pessoas”, apontou Mello. “É urgente que a



universidade saia da própria universidade. Que leve cada vez mais o conhecimento à sociedade, mostre a pesquisa sendo feita”, completou o astrônomo.

COMO PARTICIPAR

As noites de observação são gratuitas, sem necessidade de agendamento prévio e ocorrem toda quarta-feira, das 19h às 21h. A programação temática do evento é divulgada nas redes sociais do Observatório. O OV está localizado na Ladeira do Pedro Antônio, 43, bairro da Saúde. Mas atenção: olho no céu! Desta vez, as nuvens não atrapalharam, mas as sessões são canceladas por condições climáticas adversas.